

Abrindo os olhos

A decisão do governo brasileiro de impedir a dissipação das reservas cambiais do País é sensata e deve ser apoiada pela opinião pública. A manutenção de um nível estratégico de reservas é indispensável a este período de transição política. Não podemos permitir que ocorra aqui aquilo que impediu o presidente Alfonsín de cumprir o resto do seu mandato. Foi a queda das reservas argentinas que precipitou a crise, que estava latente. Felizmente eles tiveram sorte. Carlos Menem, que ganhou a eleição por seus defeitos está governando com suas virtudes e, rapidamente, o País está se pondo de pé novamente. Nós não sabemos ainda, a dois meses da eleição, o que acontecerá aqui. Em teoria, poderá ocorrer o inverso do fenômeno Menem, isto é, poderemos ter um presidente que governe com seus defeitos. Esta perturbadora hipótese nos impõe a obrigação de manter as reservas cambiais num nível susceptível de garantir certa tranquilidade à transição. Não há nada mais sensível na economia de um país do que o nível das suas reservas. Sem elas estabelece-se o caos no sistema econômico.

O FMI, infelizmente, não está sensível a essa realidade na atual rodada de negociações que o governo brasileiro empreende. A instituição internacional, teimando em manter-se aprisionada a uma visão puramente econométrica da política econômica, insiste em que o Brasil adote imediatamente um programa de austeridade rigoroso para fazer jus ao

crédito stand by que pleiteia para continuar pagando os juros da dívida externa sem prejudicar o estoque, já baixo, das suas reservas cambiais. Ora, é evidente que o atual governo, em fim de mandato, não dispõe mais de instrumental político para tornar eficaz um programa de ajuste fiscal consistente. A dois meses das eleições, não teria sequer quorum no Congresso para aprovar qualquer coisa desse gênero; após as eleições, com um presidente eleito, não teria força nem legitimidade para levar o Congresso a apoiá-lo. É ingênuo a exigência do FMI.

Por outro lado, deveria o Fundo Monetário saber, por ser evidente, que o Brasil não pode comprometer suas reservas com pagamento de juros. O mínimo necessário para a cobertura dos seis meses de transição está em torno de 6 bilhões de dólares. O País não tem sequer isso. Como poderá pagar? Não se trata de moratória a eventual inadimplência. Trata-se de retardar pagamentos, de preferência negociadamente, para que não se estabeleça uma situação de desordem que, esta sim, conduziria o futuro governo a retardar muito mais os pagamentos. Qualquer governo que assumir em março, até o mais conservador, tenderá a proclamar a moratória se encontrar uma situação inadimistrável. Há uma forte base social interna para essa atitude.

O FMI deve abrir os olhos. Se continuar agindo como agora será um mau conselheiro e o País, acuado, poderá endurecer mais ainda sua posição.